



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

Requerimento nº \_\_\_\_/2021/GDCL

*Requer informação e adoção de providências para evitar eventuais atrasos na vacinação por descumprimento ao cronograma do Plano Estadual Vacinação COVID-19.*

A Deputada que o presente subscreve vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos regimentais, com anuência do plenário, REQUERER, **em regime de urgência**, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor, Mauro Carlesse, para que através da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, preste informação e adote providências para evitar eventuais atrasos na vacinação em razão de descumprimento ao cronograma do Plano Estadual de Vacinação da COVID-19.

**JUSTIFICATIVA**

As providências indicadas justificam-se pela necessidade de se evitar que vacinas fiquem paradas enquanto a vida dos tocantinenses é ceifada pela Covid19.

Considerando os dados públicos disponíveis no site da **Gerência de Imunização / SES-TO - Vacinômetro** - que o total de doses recebidas é de 193.650; que desse total apenas 102.849 doses foram efetivamente aplicadas; e ainda, que conforme noticiado pela imprensa, há municípios que não têm conseguido efetuar a vacinação em tempo hábil, se faz necessário o envio a este Parlamento **de informações** para dizer se há, de fato, vacinas disponibilizadas a municípios e não utilizadas conforme prever o Plano Estadual de Vacinação da COVID-19, bem como as razões alegadas pelos municípios para eventuais impossibilidades de vacinação de grupos - ou pessoas - prioritários.

Visando evitar armazenamento de vacina por período além do razoável e eventuais perdas dos imunizantes, em se configurando descumprimento ao cronograma do Plano Estadual de Vacinação da COVID-19 além do razoável, orienta-se pela inclusão de outros grupos de servidores públicos como prioritários para serem imunizados, especialmente, profissionais de segurança pública, professores e profissionais da Odontologia.

Oportuno se faz observar que outros estados como São Paulo já estão adotando medidas idênticas a estas. Sendo tais providências extremamente necessárias e urgentes para garantir a continuidade ou retomada de alguns serviços públicos sem olvidar a devida prevenção ao vírus.

Destarte, pela relevância e importância social da matéria, contou com o apoio dos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, aos 05 dias de abril de 2021.

**Claudia Lelis**  
Deputada Estadual